



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N. _____, DE 2019

(Do Sr. Carlos Veras)

Requer a realização, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido, de audiência pública para debater a respeito das contribuições das agências multilaterais na efetivação do direito humano à alimentação no Semiárido.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido, de audiência pública para debater a respeito das contribuições das agências multilaterais na efetivação do direito humano à alimentação no Semiárido.

Para tanto, solicito sejam convidados os seguintes expositores:

Dennis Christian Larsen - chefe do Território do Semiárido Brasileiro da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef);

Rafael Zavala - representante da FAO no Brasil (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura);

Claus Reiner - diretor do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil;

Fátima Amazonas - especialista sênior em Desenvolvimento Rural do Banco Mundial;

Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; e

Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.



JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas décadas, as mudanças ocorridas na região semiárida do Brasil têm ocorrido graças à abertura e construção de um ambiente democrático junto às instituições do estado brasileiro, sobretudo pela garantia da participação popular nos processos de decisão do país.

As políticas de Cooperação Internacional com os governos estaduais e federal, e as organizações da sociedade civil permitiram o surgimento de processos de gestão de produção de conhecimentos e atuação em rede. Esses processos permitiram o desenvolvimento de capacidades de inovação sociotécnicas, de formulação e incidência política que permitiram a proposição de políticas públicas aos agentes do estado e suas implementações em constantes espaços de concertação. As iniciativas da sociedade civil, as políticas públicas de inclusão e o apoio dos organismos multilaterais contribuíram em grande medida para a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU.

Embora o Semiárido tenha sido acometido de históricos problemas socioeconômicos e políticos, esse território configura-se para os organismos multilaterais e agências de financiamento do desenvolvimento como uma grande potencialidade para seus investimentos, sobretudo pelas capacidades de inovações e enfrentamento aos problemas encontrados.

Atualmente, são vários os organismos multilaterais ou agências de governos que têm o Semiárido brasileiro como ambiente favorável ao desenvolvimento de seus programas, seja pelas problemáticas que esse território enfrenta, como os processos de desertificação, seja por suas potencialidades ambientais, como a biodiversidade, a incidência de luz solar, ou mesmo seu potencial produtivo e inovador.

Contraditoriamente a esse cenário, é perceptível a redução dos investimentos nacionais em políticas públicas que atendem grande parte da população do Semiárido, como os programas Água para Todos, de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de Agroecologia, e de distribuição de renda.

Além de disso, outras mudanças profundas podem impactar negativamente a vida das pessoas desse território, como a reforma da Previdência e o fim da política de valorização do salário mínimo. Organismos multilaterais, como a FAO (Organização das Nações Unidas para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Alimentação e Agricultura) e o Banco Mundial, já alertam para o aumento da população abaixo da linha de pobreza e na extrema pobreza, e a volta do Brasil ao Mapa da Fome.

Segundo dados do IBGE (2018), o Brasil saltou de 52,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza do Banco Mundial em 2016, para 54,9 milhões, em 2017. Esse cenário é diferente regionalmente e o Nordeste concentra a maioria desse contingente, com 44,8% ou 25,6 milhões de pessoas. Nessa região, a renda média também é menor em comparação com outras.

É nesse contexto que se propõe a realização, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido, de audiência para debater a respeito das contribuições das agências multilaterais na efetivação do direito humano à alimentação no Semiárido.

O objetivo é ouvir representantes de organismos multilaterais e agências de financiamento, como FAO, FIDA, UNICEF, IICA, Banco Mundial, e BID, sobre os investimentos nesse território como contribuição para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Também é objetivo do debate sensibilizar o parlamento brasileiro para a necessidade de manter as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do Semiárido, assegurando recursos e posições políticas de prioridade.

Sala da Comissão, em de setembro de 2019.

Dep. Carlos Veras

PT/PE